

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Eletrobras : Privatização em 2018 4

Folha de S. Paulo

Título: Governo espera concluir venda da Eletrobras até o 1º trimestre de 2018 7

O Estado de S. Paulo

Título: Da TV para Brasília, pela Amazônia 16

Correio Braziliense

Título: Em nome da Amazônia 17

Valor Econômico

Título: Acordo após 13 anos deve levar lei de licenciamento ambiental a votação 18

Título: Bolognesi pede mais prazo para Aneel 23

Título: Truculência partidária 32

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Vale estuda se unir à Cemig no leilão das usinas da estatal 3

Título: Eletrobras : Privatização em 2018 4

Título: Artistas pela Amazônia 4

Título: Petros aumentará percentual de contribuição por 18 anos..... 5

VEÍCULO: Folha de S. Paulo7

Título: Governo espera concluir venda da Eletrobras até o 1º trimestre de 2018.....	7
Título: Bolsa atinge nova máxima com ajuda de Vale; dólar sobe com exterior.....	8
Título: Queda na venda de combustível breca crescimento do varejo.....	11
Título: Participantes de fundo da Petrobras terão de pagar rombo por 18 anos.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	13
Título: Funcionários vão pagar R\$ 14 bi em 18 anos para cobrir rombo da Petros.....	13
Título: Governo quer cortar um terço das estatais.....	14
Título: Da TV para Brasília, pela Amazônia	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Em nome da Amazônia	17
VEÍCULO: Valor Econômico.....	18
Título: Acordo após 13 anos deve levar lei de licenciamento ambiental a votação.....	18
Título: Participantes terão de colocar R\$ 14 bi na Petros.....	21
Título: Curtas	22
Título: Frase do dia.....	22
Título: Destaque	22
Título: Bolognesi pede mais prazo para Aneel.....	23
Título: Eletropaulo caminha para Novo Mercado	24
Título: Se privatização atrasar, tarifa de distribuidoras da Eletrobras poderá subir	25
Título: Conflito aberto entre siderúrgicas e clientes.....	27
Título: Karoon avalia 14ª Rodada e campo maduro da Petrobras.....	29
Título: Preço sobe e estimula a produção de etanol	31
Título: Curtas	32
Título: Truculência partidária	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Vale estuda se unir à Cemig no leilão das usinas da estatal**

Participação seria feita por meio da "joint venture" Aliança Energia

-Brasília- A Vale informou ontem que avalia participar, junto com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), do leilão para a concessão de quatro usinas hidrelétricas operadas atualmente pela estatal mineira. A mineradora pode entrar, ainda, no acordo que a Cemig tenta costurar com o governo para continuar com as usinas. O governo federal espera arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com a concorrência. A participação da empresa, se confirmada, ocorreria por meio da Aliança Energia, uma joint venture entre Vale e Cemig na área de geração de eletricidade. A mineradora afirmou que uma decisão sobre o investimento ainda não foi tomada e levará em conta o "foco estratégico" da empresa.

"A Vale tem como um dos seus pilares estratégicos a redução sustentável de custos e, como parte disso, a autossuficiência energética. Sendo assim, uma das alternativas para atingirmos esse objetivo poderia ser através da participação da Aliança no leilão ou acordo judicial que a Cemig negocia com o governo federal, desde que respeitado o foco estratégico da Vale. Porém, isso ainda está sendo estudado e não há qualquer decisão a respeito" informou a mineradora.

ESTRANGEIRAS TÊM INTERESSE

Marcado para o próximo dia 27, o leilão está atualmente suspenso pela Justiça de Brasília. O governo já recorreu para tentar destravar o certame. A União quer oferecer a concessão das hidrelétricas de São Simão (R\$ 6,74 bilhões), Jaguará (R\$ 1,9 bilhão), Miranda (R\$ 1,1 bilhão) e Volta Grande (R\$ 1,29 bilhão) por 30 anos. Juntas, as quatro usinas têm capacidade para gerar 2,9 gigawatts de eletricidade, o equivalente a quase a metade do parque gerador da estatal mineira.

Além da Vale, estão entre investidores que já demonstraram interesse nas hidrelétricas e estudam participar do leilão a chinesa State Power Investment Corporation (Spic), a francesa Engie, a brasileira Alupar e a italiana Enel.

A concessão das hidrelétricas é alvo de uma disputa jurídica entre o governo e a estatal mineira. A Cemig argumenta que os contratos de três dessas usinas preveem a renovação automática das concessões. O governo, por outro lado, afirma que a empresa se recusou a renovar as concessões com base em critérios

definidos por uma lei de 2013 e que cabe à União decidir se prorroga ou não os contratos.

Ao mesmo tempo em que dava andamento aos preparativos para o leilão, o governo tentava negociar com a estatal mineira para que esta pagasse os valores e continuasse a operar as hidrelétricas. Essa negociação, no entanto, foi barrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que viu riscos de um acordo paralelo prejudicar o leilão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobras : Privatização em 2018

-Brasília- **O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse ontem que espera concluir a privatização da Eletrobras até o fim do primeiro semestre de 2018. Segundo ele, o modelo de privatização da empresa deve ser anunciado neste mês. O governo está discutindo como tirar as usinas de Angra e a hidrelétrica de Itaipu da estatal, já que esses ativos ficarão de fora da venda.

— Sabemos que o tempo é curto, que esse é um grande desafio. Mas estamos com reuniões diárias. Nós vamos cumprir o prazo — disse, em entrevista à imprensa internacional.

Coelho garantiu que todas as outras subsidiárias serão vendidas junto com a holding.

Governadores do Nordeste querem que a Chesf fique fora da privatização.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Artistas pela Amazônia

A produtora Paula Lavigne (à esquerda) e as atrizes Suzana Vieira e Christiane Torloni, entre outros, em protesto no Salão Verde da Câmara contra o decreto que liberou área da Amazônia para exploração mineral. O grupo se reuniu com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa****Título: Petros aumentará percentual de contribuição por 18 anos**

Para cobrir rombo, aposentado terá desconto adicional de até 19,2%

A Petros, o fundo de pensão da Petrobras e um dos maiores do Brasil, apresentou ontem seu programa para equacionar o déficit de um dos seus planos, o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), que chegará a R\$ 27,7 bilhões no fim deste ano. Desse total, o contribuinte (ativo, aposentado e pensionista) vai arcar com 50,55% da conta. Para isso, vai ter que elevar a contribuição mensal ao longo de 18 anos. Em alguns casos, esse aumento chegará a 19,2%.

O PPSP é um plano de benefício definido e foi criado em 1970. A medida vai afetar 64 mil aposentados e 13 mil trabalhadores na ativa. A reestruturação foi aprovada ontem pelo Conselho Deliberativo da Petros e apresentado à Petrobras. A data prevista para o início da implementação da medida é dezembro deste ano. Já o plano PP2, com 47 mil funcionários na ativa e três mil aposentados, não será afetado.

O desconto vai variar de acordo com a faixa salarial, semelhante ao que acontece com o Imposto de Renda. O aumento da contribuição será maior para quem ganha mais. O trabalhador que ganha R\$ 10 mil terá um acréscimo de desconto de 13,5%. Já quem ganha R\$ 5 mil descontará 4,73% a mais. No caso dos aposentados, quem recebe benefício de R\$ 10 mil terá que pagar mais 19,2% de contribuição, e quem ganha R\$ 5 mil, mais 6,7%. Já o pensionista com salário de R\$ 2 mil terá que contribuir com 4,5% a mais. Essas contribuições serão feitas ao longo de 18 anos.

O déficit atuarial é quanto o fundo precisa ter para pagar hoje o valor de todos os benefícios previstos no futuro. O total do déficit, que foi de R\$ 22,6 bilhões em 2015, deve chegar a R\$ 27,7 bilhões no fim deste ano. Deste total, a Petrobras vai arcar com R\$ 12,8 bilhões; e a BR, com R\$ 900 milhões, de forma parcelada. Este ano, a Petrobras vai desembolsar R\$ 1,4 bilhão e a BR, R\$ 89 milhões. Já os contribuintes ativos e autopatrocinados (quem contribui com a sua parte e da patrocinadora) vão pagar um total de R\$ 6,3 bilhões. E os assistidos vão arcar com R\$ 7,7 bilhões. — Esse tipo de plano, o PPSP, com benefício definido, tende a se tornar deficitário. É uma notícia ruim, mas o ajuste é necessário.

É como um elevador que dá defeito. É preciso solucionar para depois ver de quem é a culpa. Sem dúvida, (os funcionários) não vão gostar — disse o presidente da Petros, Walter Mendes, quando perguntado qual seria a reação dos empregados já que parte do déficit foi provocado pelos problemas de corrupção que envolveram a Petrobras.

De acordo com a Petros, o déficit teve como principais causas "ajustes estruturais de natureza atuarial (como atualização do perfil das famílias e melhoria da expectativa de vida dos participantes e assistidos), acordos e provisões judiciais, além de impactos da conjuntura econômica sobre os investimentos, que refletiram em rentabilidade abaixo da meta atuarial, como ocorreu com boa parte dos fundos de pensão"!

— Esse pagamento extra será feito ao longo dos próximos 18 anos. Do déficit, 40% estão relacionados a questões estruturais e os outros 60% estão ligados à rentabilidade insuficiente dos investimentos. Mas, se tiver um ano com rendimento excelente, pode diminuir o valor. A legislação permite que se faça revisão dos percentuais ao longo do tempo — afirmou Mendes.

PETROBRAS ARCARÁ COM R\$ 1,4 BI ESTE ANO

Nos 60% de déficit ligados à rentabilidade, estão maus negócios, que abrangem casos de corrupção que vêm sendo apurados por 11 comissões de sindicâncias internas.

O presidente da Petros afirmou, no entanto, que não há como calcular o valor relativo aos casos de corrupção: — Quando esses casos forem apurados, vamos ver se houve má-fé ou não. O que conseguirmos ressarcimento será ao longo do tempo.

Ele disse ainda que os anos de 2013 a 2015 foram "péssimos" para investimentos na economia. Segundo ele, foram feitos investimentos considerados de risco elevado para um plano de benefício definido.

De acordo com Mendes, esse plano de equacionamento será suficiente para equilibrar o PPSP em 2016 e 2017: — Esse plano aprovado hoje (ontem) é suficiente para não ter déficit em 2016 e mitigar 2017.

Segundo a Petrobras, o déficit já está contemplado nas demonstrações financeiras da Petrobras, não impactando o resultado de 2017. A proposta, que foi apresentada ontem à Petrobras, será apreciada pelo conselho de administração da estatal e encaminhado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Governo espera concluir venda da Eletrobras até o 1º trimestre de 2018**

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou nesta terça (12) que o governo trabalha para concluir ainda neste ano o modelo de venda de ações da Eletrobras. A ideia, segundo ele, é finalizar o processo de privatização no primeiro trimestre do ano que vem.

"Sabemos que o tempo é curto, que é um desafio, mas estamos trabalhando com Fazenda e com o Planejamento." Segundo ele, representantes dos ministérios têm se reunido diariamente para definir o modelo.

Entre os pontos em discussão, está o número de hidrelétricas da Eletrobras que deverão aderir à mudança de regime comercial, que garante a possibilidade de vender energia mais cara no mercado.

Coelho Filho reforçou que a privatização será feita por meio de uma operação de aumento de capital da empresa, com a venda de novas ações a investidores privados.

Com isso, a fatia do governo será reduzida dos atuais 63% (considerando a participação do BNDES) para "algo abaixo de 50%".

Os recursos obtidos com a venda das ações serão usados pela estatal para pagar uma espécie de outorga pela mudança no regime comercial, ajudando o governo a reduzir o déficit fiscal de 2018.

O ministro disse que, caso o aumento de capital não seja suficiente para reduzir a participação da União a menos do que 50%, o governo poderá vender parte de suas ações.

E adiantou que uma das propostas em estudo é direcionar parte da receita das usinas hidrelétricas no Nordeste para a revitalização do rio São Francisco.

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, lembra que a privatização da Eletrobras deve demandar a aprovação, pelo Congresso, da revisão do tratado de Itaipu, uma vez que a fatia brasileira na hidrelétrica binacional hoje pertence à companhia.

Outro obstáculo é a cisão da Eletronuclear, já que a geração nuclear é monopólio estatal, segundo a Constituição.

"Nosso temor é que a discussão sobre a Eletrobras polua o debate sobre o novo marco regulatório do setor", disse Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel, que reúne as comercializadoras de energia.

Ele se refere a proposta de reforma do setor, apresentada em julho e considerada pelo segmento fundamental para destravar investimentos. Hoje em discussão no Ministério de Minas e Energia, a proposta viabiliza também a mudança no regime comercial das hidrelétricas da Eletrobras.

TARIFA

Coelho Filho confirmou que a revisão tarifária das distribuidoras da Eletrobras deve provocar aumento de tarifa para consumidores do Norte e Nordeste, mas disse que ainda é cedo para avaliar qual o impacto —cálculos feitos pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apontaram que a alta poderia superar os 10%.

Segundo ele, as empresas convivem com um longo período de desequilíbrio econômico e financeiro e os ajustes são necessários para atrair investidores. A ideia é vender as distribuidoras até novembro.

"No passado, essas empresas já sofreram reajustes superiores a esses por conta da ineficiência", afirmou o ministro. "E, mesmo com todos os ajustes, ainda apresentam os piores índices [de qualidade na prestação de serviços]".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIELLE BRANT DE SÃO PAULO

Título: Bolsa atinge nova máxima com ajuda de Vale; dólar sobe com exterior

A Bolsa brasileira subiu pelo segundo dia e renovou, nesta terça (12), seu maior patamar histórico, sustentada por dados do varejo e pelo avanço das ações da Vale, apesar da pressão de Petrobras e do setor financeiro.

No mercado cambial, o dólar encostou em R\$ 3,13, acompanhando o exterior e refletindo também o aumento da percepção de risco pelo cenário político local. O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas, avançou 0,30%, para 74.538 pontos. No pregão, o volume negociado foi de R\$ 9,5 bilhões, contra média diária de R\$ 8,13 bilhões no ano.

O dólar comercial se valorizou 0,77%, para R\$ 3,129. É a maior alta diária desde 17 de agosto, quando o dólar se valorizou 1,02%. O dólar à vista, que fecha mais cedo, subiu 0,85%, para R\$ 3,115. Foi a maior valorização diária desde 20 de junho.

A Bolsa renovou seu recorde e, na máxima, atingiu 75.332 pontos. O otimismo com a economia continuou amparando o mercado nesta sessão, após divulgação de dados do varejo brasileiro.

Segundo o IBGE, as vendas no varejo ficaram estáveis em julho na comparação mensal, mas cresceram 3,1% em relação ao mesmo mês de 2016, o melhor resultado nessa base de comparação desde maio de 2014 (4,6%).

"Esses dados reforçam a recuperação em curso do consumo, ainda que envolva por certa incerteza devido ao impacto da liberação do FGTS das contas inativas, o que dificulta avaliar qual deve ser o ritmo de recuperação do consumo", avalia Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho do Brasil.

"O consumo foi o destaque nos dados do PIB no segundo trimestre. Esses dados de vendas no varejo de julho sugerem que consumo deve contribuir positivamente para o crescimento no terceiro trimestre."

JUROS

A ata do Copom, confirmando que o Banco Central estuda o "encerramento gradual" do atual ciclo de cortes na taxa básica de juros, também contribui para dar fôlego à Bolsa, com a expectativa da entrada de novos investidores em busca de retorno maior em suas aplicações.

A Bolsa perdeu força perto do fim do pregão, com os investidores optando por embolsar parte dos lucros. Também houve influência da piora no cenário político.

Essa piora ocorreu após o ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizar a abertura de um inquérito para investigar o presidente Michel Temer e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). O caso se refere ao suposto esquema que teria beneficiado a empresa Rodrimar, que atua no porto de Santos.

"Se a política tivesse menos ruim, a alta seria até mais expressiva, porque o mercado está otimista devido aos números econômicos. Mas o político é o que segura", afirma Marco Tulli, gestor da mesa de operações da corretora Coinvalores.

No exterior, o rebaixamento do fenômeno Irma de furacão para tempestade tropical melhorou o cenário para o dólar, que se valorizou em relação a 23 das 31 principais divisas mundiais.

"O motivo principal para a recuperação do dólar em escala global foi o Irma. O mercado esperava uma destruição maior na Flórida e nos arredores, mas o estrago vai ser menor e a atividade na região será retomada antes do que se esperava", afirma Cleber Alessie, operador de câmbio da corretora H.Commcor. O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) se valorizou 1,51%, para 183,4 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados fecharam em baixa. A taxa para janeiro de 2018 recuou de 7,660% para 7,635%. O DI para janeiro de 2019 recuou de 7,680% para 7,630%.

AÇÕES

As ações da Magazine Luiza recuaram 11,85%, após a empresa aprovar uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 24 milhões de ações ordinárias, que pode movimentar quase R\$ 2 bilhões. A queda ocorre pela interpretação de que a oferta pode diluir a participação dos acionistas minoritários.

Os papéis da Petrobras fecharam em baixa, apesar da valorização dos preços do petróleo no exterior. Os papéis mais negociados da estatal recuaram 0,80%, para R\$ 14,87. As ações que dão direito a voto perderam 0,77%, para R\$ 15,40.

A mineradora Vale fechou com alta, com ajuda da valorização de 2,52% dos preços do minério de ferro no exterior. Os papéis ordinários da Vale subiram 0,48%, para R\$ 35,26. As ações preferenciais ganharam 0,75%, para R\$ 32,40.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco recuaram 0,28%. As ações preferenciais do Bradesco se desvalorizaram 0,14%, e as ordinárias tiveram baixa de 0,94%. O Banco do Brasil teve recuo de 1,33%, e as units –conjunto de ações– do Santander Brasil caíram 1,06%.

As ações da Eletrobras estiveram entre as principais altas da sessão, após o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmar que o governo corre para fechar os detalhes do modelo a ser adotado na privatização da elétrica, que deve ser divulgado ainda neste mês.

Os papéis ordinários da Eletrobras subiram 0,94%, e os preferenciais se valorizaram 1,48%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Queda na venda de combustível breca crescimento do varejo**

Com queda nas vendas de combustíveis, o comércio no Brasil interrompeu em julho uma sequência de três altas mensais seguidas. Segundo o IBGE, o desempenho do comércio ficou estável no mês, em comparação com junho. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a venda teve alta de 3,1%, o melhor resultado nessa base de comparação desde maio de 2014, quando subiu 4,6%.

A economista do IBGE Isabella Nunes disse, porém, que o recuo da inflação, o saque do FGTS e a recomposição do mercado de trabalho permanecem sustentando vendas de supermercados e produtos não duráveis, como têxteis. "Há uma demanda reprimida e as pessoas estão voltando a comprar produtos que deixaram de lado durante o período mais grave da crise", comentou ela. O setor de supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo teve alta de 0,7% na comparação com junho. Já o segmento de tecidos, vestuário e calçados subiu 0,3%.

Além dos combustíveis, que caíram 1,6%, também registraram queda as vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,4%); e de outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,2%).

"A redução nas vendas de combustíveis tem a ver com o menor nível de atividade econômica, que reduz a demanda, e com a renda ainda comprometida. Muita gente está buscando transporte público e deixando mais o carro em casa", disse Nunes.

Segundo ela, a estabilidade nas vendas gerais é normal depois de três meses consecutivos de alta. Neste período, as vendas do comércio acumularam alta de 2,2%.

O varejo ampliado (inclui veículos e material de construção) avançou 0,2% em relação a junho, com destaque para a alta de 0,9% na venda de material de construção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Participantes de fundo da Petrobras terão de pagar rombo por 18 anos**

A Petrobras e os participantes do maior plano de pensão dos empregados da estatal terão de injetar R\$ 27,7 bilhões para cobrir os deficit acumulados entre 2013 e 2015.

De acordo com plano de equacionamento aprovado nesta terça (12) pelo conselho deliberativo da Petros, a Petrobras entrará com R\$ 12,8 bilhões, e a BR Distribuidora, com R\$ 900 milhões.

Já os cerca de 77 mil participantes —entre empregados da ativa e aposentados— dividirão o restante, por meio da cobrança de parcelas mensais sobre seus vencimentos pelos próximos 18 anos.

Durante os governos petistas, a gestão da Petros foi acusada por participantes de ceder a pressões por investimentos com interesse político, como as fornecedoras de equipamentos petrolíferos Sete Brasil ou Lupatech.

Além disso, há hoje 11 investigações internas sobre investimentos com suspeitas de desvio de conduta ou má-fé em sua aprovação.

"Não tenho procuração para fazer a defesa de gestores anteriores, mas por uma questão de justiça não se pode culpar só esses investimentos", disse o presidente da Petros, Walter Mendes, que assumiu o cargo em 2016 com a missão de sanear a fundação.

O equacionamento será feito no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), o mais antigo da fundação, criado em 1970 ainda sob o modelo de benefício definido.

Entre 2013 e 2015, teve um deficit acumulado de R\$ 25,6 bilhões. Segundo a fundação, 40% das perdas foram provocadas por fatores estruturais, como ajustes feitos no perfil dos assistidos e reajustes promovidos pela estatal nos salários do pessoal da ativa.

Os outros 60% foram causados pela baixa rentabilidade dos investimentos. O plano, que precisa ainda ser aprovado pela Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), prevê a contribuição de forma progressiva de acordo com a faixa salarial.

Para os empregados da ativa, a alíquota adicional será de 3,20% na faixa até R\$ 2.756,66; 6,63% na faixa até R\$ 5.531,31; e 24,34% nos valores acima. Para inativos, as alíquotas são 4,53%, 9,39% e 34,44%. Assim um empregado que ganha R\$ 10 mil, por exemplo, pagará R\$ 1.350 (ou 13,5%) por mês. Já o aposentado com o mesmo vencimento pagará R\$ 1.924 (ou 19,2%).

Hoje, o participante já paga como contribuição regular alíquota que varia de 3% a 14,5%. Entre os participantes, 13 mil estão na ativa e 64 mil já são aposentados. Mendes afirmou que a lei demanda que a cobrança seja iniciada ainda este ano.

Em nota, a Petrobras informou que terá de desembolsar em 2017 R\$ 1,4 bilhão. Já a BR pagará no primeiro ano R\$ 89 milhões. De acordo com a estatal, o deficit já está contemplado em seu balanço e não afetará o resultado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Funcionários vão pagar R\$ 14 bi em 18 anos para cobrir rombo da Petros

Petrobrás. Plano aprovado ontem pelo conselho do fundo de pensão da petroleira ainda precisa do aval da estatal, mas previsão é de que entre em vigor até dezembro; quem recebe salário de R\$ 10 mil, por exemplo, terá um desconto mensal de R\$ 1.359

Funcionários e aposentados da Petrobrás vão pagar em 18 anos uma conta de R\$ 14 bilhões por perdas registradas pela fundação de seguridade social da empresa, a Petros. O rombo total no caixa a ser coberto é de R\$ 27,7 bilhões, parte dele gerada por maus investimentos, alguns investigados pela Polícia Federal na Operação Lava Jato. A Petrobrás também vai ter de contribuir com R\$ 13,7 bilhões, R\$ 1,5 bilhão já no primeiro ano. O plano de equacionamento foi aprovado ontem pelo conselho deliberativo da Petros, o órgão máximo da fundação. A proposta ainda vai ser analisada pelo conselho de administração da Petrobrás e, em seguida, encaminhada para a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Se aprovada, deve ser implementada no prazo de 60 dias.

Segundo o presidente da Petros, Walter Mendes, o plano tem de ser colocado em prática até dezembro deste ano, para que seja cumprido o cronograma fixado com a Previc, órgão regulador do setor. "Com esse equacionamento, cobrimos o déficit de 2015 e ainda evitamos novos equacionamentos relativos a 2016 e 2017", disse. O rombo na Petros foi motivado, principalmente, por três fatores – investimentos que não geraram retorno suficiente para cobrir as obrigações com pensionistas e aposentados; o momento econômico ruim; e mudanças no perfil das famílias assistidas. Entre os maus investimentos, o mais danoso foi o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Florestal, criado para colocar dinheiro na empresa Eldorado Celulose, do grupo J&F, que tem como

um dos sócios o empresário Joesley Batista, preso na Lava Jato. O pagamento será proporcional ao ganho dos assistidos.

"Quem ganha mais paga mais", disse Mendes. Os pensionistas e aposentados sentirão ainda mais, porque representam a maior parcela dos integrantes da fundação. Assim, para alguém da ativa que recebe salário de R\$ 10 mil, o desconto nos próximos 18 anos será de R\$ 1.359,53 por mês, uma alíquota de 13,5%. Enquanto um aposentado na mesma condição terá de pagar R\$ 1.924, alíquota de 19,2%. "Ninguém gosta dessa notícia. Não gostaríamos de ser os mensageiros. Mas não queremos que o déficit aumente. Esse plano tem esse tipo de risco", disse o presidente da Petros.

Há a chance de o valor ser revisto, mas isso só vai acontecer se a receita crescer extraordinariamente por algum motivo e se a Petros, com isso, tiver uma rentabilidade muito maior do que a meta atuarial, que define o quanto o fundo tem de ganhar para fazer frente às suas obrigações financeiras. Por enquanto, não há nada no radar que garanta uma revisão do plano de equacionamento. Mesmo uma dívida bilionária da Petrobrás com o fundo só vai ser considerada no cálculo do equacionamento quando a Justiça se posicionar sobre o caso. Segundo Mendes, "há muito a ser reavaliado na Petros, mas não dá para esperar por todos os ajustes para equacionar o déficit".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Governo quer cortar um terço das estatais

Número deve cair de 154 para 100 ao final do processo de privatização; em um ano, empresas foram de prejuízo de R\$ 32 bi a lucro de R\$ 4,6 bi

A nova rodada de privatização das estatais federais vai reduzir em um terço o número de companhias do governo, nos cálculos do secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Ribeiro Soares. O número de empresas já caiu este ano de 154 para 150 e deve diminuir para cerca de 100 ao final do processo de privatizações das empresas anunciado recentemente.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, Soares disse que o enxugamento visa a tornar os grupos empresariais estatais "mais leves" garantindo mais retorno ao governo federal. "É uma maldade dizerem que buscamos com as privatizações só o resultado fiscal. Queremos promover a racionalidade", disse o secretário.

Só a venda da Eletrobrás será responsável por diminuir em 38 a quantidade de estatais federais. A operação incluirá a holding e todas as suas subsidiárias, com exceção da Eletronuclear, que opera as usinas de Angra dos Reis. O governo também trabalha para se desfazer das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), empresas formadas pela Eletrobrás em parceria com outras companhias e que têm um objetivo definido.

Antes mesmo de colocar em prática esse enxugamento mais drástico, o governo adotou medidas para melhorar os resultados das estatais. O conjunto de empresas federais saiu de um prejuízo de R\$ 32 bilhões, no resultado global em 2015, para um lucro de R\$ 4,6 bilhões em 2016. O desempenho, que incluiu 154 empresas, só foi fechado ontem pelo Ministério do Planejamento e divulgado com exclusividade ao Estadão/Broadcast.

Para o secretário, em 2017 o desempenho será ainda melhor, também por causa das duas maiores companhias estatais. "O resultado de R\$ 4,6 bilhões para 2017 é piso. Vamos melhorar mais ainda", garantiu. "A tendência é que os resultados das Eletrobrás e Petrobrás venham a melhorar por tudo que está sendo feito."

Desinvestimento. No caso da Petrobrás, o secretário citou a política de desinvestimentos, centrada na venda de empresas que não atuam na área prioritária de exploração, produção e refino de petróleo. Para ele, a melhora do resultado das estatais é muito relevante para as contas do governo por três razões: evita a necessidade de aportes com recursos do Orçamento com impacto nos gastos primários; melhora o repasse de dividendos, e barra o risco de que empresas hoje não dependentes se tornem no futuro dependentes do Tesouro Nacional.

Pelo menos duas estatais correm o risco de passar a depender do Tesouro: Infraero e Correios. "Infraero está no radar, estamos preocupados", disse o secretário, ressaltando a importância do trabalho de reformulação que está sendo feito nas duas empresas. No caso da estatal aeroportuária, o governo já precisou incluir no Orçamento desse ano a previsão de aporte de R\$ 1,5 bilhão para reforçar o caixa da empresa.

O secretário ponderou que o processo de privatização "não é 8 ou 80" e ressaltou que há muitas possibilidades para melhorar a eficiência das estatais, como fusões, extinções e parcerias. No caso de fusão, ele citou a incorporação da BB Cor Participações pela BB Corretora e da Telebrás Copa pela holding Telebrás. No caso de extinção, está em andamento o fechamento da BNDES PLC, subsidiária do banco com sede em Londres.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Igor Gadelha e Daiene Cardoso / Brasília****Título: Da TV para Brasília, pela Amazônia**

Grupo de artistas se reuniu com Maia e Eunício

Um grupo de artistas -entre eles a atriz Suzana Vieira e a cantora Maria Gadú - protestou ontem no Congresso contra mudanças na legislação relativa à Amazônia. Eles se encontraram com os presidentes da Câmara e do Senado e leram carta pública em que dizem não aceitar a "destruição" da floresta nem "ataques" a povos indígenas e populações tradicionais.

Liderados pela empresária e produtora Paula Lavigne e por representantes do Greenpeace e da organização internacional Avaaz, o grupo entregou abaixo-assinado com, segundo eles, 1,5 milhão de assinaturas contra as medidas "propostas pelo governo e pelo Congresso contra a Amazônia e o meio ambiente". O protesto ocorre em meio à polêmica sobre o decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), defendeu ontem o cancelamento definitivo do decreto. Com os artistas, no gabinete da presidência da Casa, reconheceu que o governo se precipitou. "Espero poder convencer o presidente da República a encerrar o assunto e abrir ampla conversa com a sociedade. Nosso papel agora como Legislativo é convencer o governo de que o próximo passo é cancelar o decreto." Ele disse que "muitos" deputados da base estão "desconfortáveis" com o decreto, suspenso por 120 dias pelo governo em 31 de agosto, após contestação na Justiça.

"Parece que tem um lado que foi ouvido e é minoria, o lado do interesse: da terra, do governo, dos políticos, dos ruralistas. O outro lado é o povo brasileiro. Tenho de falar alguma coisa. Desculpe retrucar", disse Suzana Vieira. Desconsertado, Maia respondeu: "Maior orgulho estar debatendo com você".

Urgência. Os artistas ainda se encontraram com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB). Ele se comprometeu em votar a urgência e dar prioridade ao projeto para derrubar o decreto que extingue a Renca.

"Estamos de olho há muito tempo em Brasília. Nós elegemos as pessoas que vieram para cá e nós também podemos colocá-los para fora. Sinto que vocês são muito mais fortes do que nós, isso me deixa um pouco triste, mas eu ainda morrerei achando que a gente ainda é a maioria deste País e não Brasília", disse Suzana Vieira a Eunício.

Ontem, o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse à imprensa estrangeira que as reservas ambientais e indígenas que fazem parte da Renca permanecerão "intocadas"./COLABOROU ANNE WARTH

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Natália Lambert / Simone Kafruni

Título: Em nome da Amazônia

Em meio aos debates sobre denúncias de corrupção e a reforma política, celebridades movimentaram o Congresso Nacional, ontem, para chamar a atenção à proteção da Floresta Amazônica. Artistas do grupo 342Amazônia, representantes indígenas e entidades de proteção ao meio ambiente entregaram aos presidentes do Senado e da Câmara, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Rodrigo Maia (DEM-RJ), respectivamente, uma carta com mais de 1,5 milhão de assinaturas pedindo a revogação do decreto presidencial que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada entre os estados do Amapá e do Pará.

No texto, as entidades criticam a decisão do governo e ressaltam a indignação de milhares de brasileiros com a flexibilização das regras de mineração, a liberação do uso de agrotóxicos nas plantações e propostas para alterar a lei do licenciamento ambiental e da venda de terras para estrangeiros, entre outras iniciativas. “Representamos milhares de brasileiros que uniram suas vozes para dizer que não aceitaremos a destruição da floresta nem os ataques aos direitos dos povos indígenas e de populações tradicionais”, destaca o documento.

O calor em relação à questão começou quando o presidente da República, Michel Temer, publicou, no fim de agosto, o decreto 9.142/17, extinguindo a Renca e abrindo a possibilidade de empresas privadas fazerem pesquisas minerais no território que não está em zona de proteção ambiental. Entretanto, a reserva tem 46.450km² — equivalente ao tamanho do estado do Espírito Santo — e engloba nove áreas protegidas, entre elas, parques, reservas extrativistas, reservas biológicas e terras indígenas. De acordo com especialistas, não existe a possibilidade de uma atividade de mineração deixar o meio ambiente ileso.

Diante da polêmica, o governo anunciou a edição de um novo texto, mais específico, mas continuou sendo alvo de críticas e contestações judiciais. Com isso, suspendeu a decisão por 120 dias para que o Ministério de Minas e Energia promovesse um debate com a sociedade. Na noite de ontem, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) aprovou no plenário da Casa a urgência para que seja votado o Projeto de Decreto Legislativo 160/2017, que revoga o texto

presidencial. A intenção é que ele seja apreciado pelos parlamentares na semana que vem.

O pedido para a votação do projeto foi reforçado, no início da tarde, pela produtora cultural Paula Lavigne, durante encontro com Eunício Oliveira. Com ela, estavam Alessandra Negrini, Cristiane Torloni, Xande de Pilares, Tico Santa Cruz, Luiz Fernando Guimarães, Maria Gadú, Rappin Hood, Suzana Vieira, Arlete Sales e Victor Fasano. “A mobilização dos artistas, das entidades e dos povos indígenas já começa a surtir efeito. Por causa deles, conseguimos aprovar, por unanimidade, a urgência do projeto para extinguir o decreto e votaremos na semana que vem”, ressalta Randolfe Rodrigues.

Ilegalidade

Durante evento para jornalistas estrangeiros sobre as seis distribuidoras da Eletrobras que vão a leilão no fim do ano, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, precisou explicar, várias vezes, a intenção do governo de extinguir a Reserva Nacional de Cobra e Associados (Renca), na Amazônia. Coelho Filho afirmou que um dos objetivos era eliminar o garimpo ilegal. “Dentro da área, há reservas ambientais federais e estaduais e reservas indígenas, essas permanecerão intocadas. Mas há mais de três mil garimpeiros ilegais e 28 pistas clandestinas de avião. Ninguém nunca manifestou indignação com relação a isso”, rebateu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto, Cristiano Zaia e Daniela Chiaretti | De Brasília e São Paulo

Título: Acordo após 13 anos deve levar lei de licenciamento ambiental a votação

Depois de 13 anos de discussão, os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente fecharam acordo com a bancada ruralista, representantes do agronegócio, mineração e indústria em torno de uma Lei Geral para o Licenciamento Ambiental que deverá ser votada pela Câmara dos Deputados. Há, contudo, muitas críticas de políticos da oposição e ambientalistas. Para eles, o texto que pode ir a plenário é equivocado e permite graves impactos ambientais.

O texto pode até ser votado hoje na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara. É o que pretendem o presidente da comissão, Covatti Filho (PP-RS), e o relator, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), para quem a aprovação "dará mais segurança sobre o acordo". Mas o líder do PSDB, deputado Ricardo Tripoli (SP),

que deu o parecer na Comissão de Meio Ambiente e fez a interlocução com os ambientalistas, cobra que a votação aconteça diretamente no plenário.

O acordo costurado não atende totalmente as demandas dos técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nem aos empresários e setores do governo muito interessados na lei - como as pastas das **Minas e Energia**, Cidades e Transportes. Representa um meio termo para que o texto que possa ser aprovado sem resistências dentro do próprio governo.

Haverá prazos para que órgãos federais como a Funai (para questões indígenas), a Fundação Palmares (no caso dos quilombolas) e o Iphan (patrimônio) se manifestem e eles não terão poder de veto. A palavra final será do órgão licenciador municipal e estadual ou do Ibama, no caso de grandes obras.

Este é um ponto muito polêmico. "A participação das autoridades envolvidas (Funai, Fundação Palmares e órgãos de proteção ao patrimônio histórico) encontra-se reiteradamente vilipendiada no texto proposto pelo relator, resultando em graves violações aos direitos dos povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, além dos direitos sobre o patrimônio histórico e cultural", critica uma nota técnica do Instituto SocioAmbiental.

"A participação de todos os envolvidos garante equilíbrio. Quanto mais se ouve, menos judicialização. A Funai tem que ser ouvida, não adianta restringir", defende o advogado e deputado constituinte Fabio Feldmann.

Na visão de entidades empresariais, entretanto, as novas regras facilitarão os processos. "Os dois pontos principais são tirar a lentidão do licenciamento e a judicialização", diz o gerente-executivo de meio ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Shelley Carneiro. Pela costura negociada, as entidades representativas dos setores atuarão para votar o projeto no plenário da Câmara como está, sem emendas.

Já entre os deputados da base não há concordância total com o texto. Valdir Colatto (PMDB-SC), por exemplo, defende que, se os órgãos técnicos do governo federal não se manifestarem no prazo, seja interpretado como aval automático ao projeto. O texto, no artigo 32, contudo, diz que "o decurso dos prazos máximos previstos (...) não implica emissão tácita". Colatto avisa: "Vamos levar para o plenário e vou fazer emenda". Isso seria entendido como uma quebra do acordo político - o MMA não aceita emendas nem destaques.

Líder da bancada ruralista, o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) diz que o acordo é institucional. "Não dá para fazer acordo individual com cada um dos 513 deputados e 81 senadores", comentou. Mauro Pereira também diz que

alguns pontos podem ser decididos no voto. "Não tem como impedir que destaques sejam feitos", avisa.

O texto que pode ser votado hoje é a 13ª versão do substitutivo de Mauro Pereira. Tem 51 artigos, alguns muito controversos. Um parecer de Suely Araújo, presidente do Ibama, de dias atrás, listava seis pontos "com problemas sérios", no texto anterior de Pereira. Na versão que pode ser votada hoje na CFT, fruto do acordo político, técnicos do MMA consideram que só perderam em um tópico - justamente o que teria sustentado o consenso.

O MMA cedeu na isenção de licenciamento ambiental para cultivo de espécies agrícolas e pecuária extensiva. O Ibama queria que isso ocorresse desde que o imóvel estivesse "regularizado com a nova lei florestal". Os ruralistas conseguiram colocar a expressão "em regularização" abrindo um flanco sobre o controle dos passivos ambientais dos imóveis rurais.

"Apesar dos vários pedidos, o relator reiteradamente se nega a ouvir especialistas sobre o projeto, como a comunidade científica, que pediu para ser ouvida mas foi simplesmente ignorada", registra o advogado Maurício Guetta, do ISA. "Daí o resultado: um texto cheio de equívocos e com graves implicações para o ambiente e as populações afetadas por empreendimentos, com dispensas de licenciamento para atividades danosas, licenças autodeclaratórias e zero de participação social", continua.

Um ponto crucial para o MMA é que a localização do empreendimento seja um critério importante no licenciamento, assim como a natureza da atividade e o tamanho. Uma mineradora causa impacto ambiental diferente se for na Amazônia ou em uma região minerária de Minas Gerais, por exemplo. O texto anterior de Mauro Pereira dizia que os Estados poderiam definir qual o rito ambiental de um empreendimento (em três fases ou simplificado) e era falho em levantar o "aspecto locacional". O cheque em branco aos Estados poderia configurar uma "guerra ambiental" entre as unidades da Federação. O texto atual diz que um decreto federal, com propostas de uma comissão tripartite, irá regulamentar este quesito.

"Fala-se em uma lei geral, mas entra-se em um nível de detalhamento que pode acabar criando um Frankenstein", critica Feldmann, que acredita na eficácia de uma lei com questões essenciais e princípios, e o resto regulamentado por decretos. Outra falha no projeto, segundo ele, é jogar boa parte dos processos para os órgãos estaduais. "Estão desmantelados. Isso não vai dar celeridade nem resolver. Ao contrário."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Juliana Schincariol e Victor Aguiar | Do Rio e de São Paulo****Título: Participantes terão de colocar R\$ 14 bi na Petros**

O conselho deliberativo da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, aprovou ontem o plano de equacionamento do déficit do PPSP, plano de benefício definido da entidade. Os participantes e aposentados do fundo terão colocar, conjuntamente, R\$ 14 bilhões, ao longo de 18 anos, para cobrir o déficit, sendo que os percentuais de contribuição adicional serão definidos de acordo com o salário.

O valor total a ser equacionado soma R\$ 27,7 bilhões. O montante deverá ser dividido entre Petrobras, Petrobras Distribuidora (BR) e Petros. Caberá à Petrobras um valor total de R\$ 12,8 bilhões e à BR, outros R\$ 900 milhões. Já os participantes serão responsáveis pelos R\$ 14 bilhões restantes.

No primeiro ano, a Petrobras informou que estima desembolsar R\$ 1,4 bilhão e a BR, R\$ 89 milhões. Segundo a estatal, o déficit já está contemplado em suas demonstrações financeiras e não impacta o resultado de 2017.

Atualmente, o PPSP, um plano maduro e já fechado a contribuições, tem 13 mil ativos e 64 mil assistidos. Por isso, os aposentados e pensionistas têm obrigações maiores e o percentual a ser pago por eles será maior.

A metodologia usada para calcular os percentuais de contribuição adicional dos participantes ativos e assistidos é a mesma já adotada pela Petros para as contribuições: alíquotas escalonadas de acordo com as faixas salariais - modelo similar ao utilizado para calcular o Imposto de Renda. As faixas salariais para mudança de alíquotas são divididas em função do teto de contribuição para o INSS, de R\$ 5.531,31.

Para os participantes ativos, a menor alíquota de contribuição adicional será de 3,20% e incidirá sobre salários até R\$ 2.765,66, enquanto o maior percentual, de 20,19%, atingirá quem contribui sobre R\$ 25.943,48, o máximo possível atualmente. Entre os assistidos, as alíquotas vão variar de 4,53% na primeira faixa de renda (até R\$ 2.765,66) a 26,9%, percentual válido para quem recebe R\$ 20.412,17, benefício máximo pago pela Petros hoje. Desta forma, considerando um salário ou aposentadoria de R\$ 10 mil, por exemplo, o participante ativo deverá pagar uma alíquota de 13,5%, ao passo que para o jubilado este percentual chega a 19,2%.

Segundo o presidente da Petros, Walter Mendes, 40% do resultado negativo foi causado por "ajustes estruturais de natureza atuarial" - como a atualização do perfil das famílias e a melhoria da expectativa de vida dos participantes. "O investimento mal feito pode não dar resultado em função da conjuntura econômica, do risco do investimento, incompetência ou em função de má fé. Onde começa um e acaba o outro é muito difícil saber, e eles se misturam. Não se pode dizer se a causa é uma ou outra sem a investigação apurada", afirmou Mendes. A Petros realiza investigações internas e deve encaminhar os resultados para o Ministério Público Federal (MPF).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Opep produz menos

A produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) caiu em agosto pela primeira vez desde abri, um alento para os esforços do cartel para reduzir a oferta global e dar suporte aos preços da commodity. Os membros da Opep produziram 32,76 milhões de barris/dia de petróleo em agosto, uma queda de 0,24%, ou de 79 mil barris/dia em relação a julho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Frase do dia

"A Petrobras pode caminhar gradualmente para sua privatização, sem prejuízo humano ou estratégico para o Brasil".

Do prefeito de São Paulo, João Doria, que defendeu fusão BB-CEF

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Petróleo em alta

Os preços do petróleo futuro fecharam ontem em alta após relatório da Opep indicar queda da produção em agosto. O WTI para outubro fechou em alta de

0,33%, a US\$ 48,23 o barril, e o Brent para novembro com 0,8%, a US\$ 54,27.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Bolognesi pede mais prazo para Aneel

O grupo Bolognesi busca obter da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a prorrogação até 30 de novembro do prazo para o cumprimento de exigências feitas pela autarquia com relação ao projeto da térmica a gás natural liquefeito (GNL) de Rio Grande (RS), ao mesmo tempo que negocia a venda do empreendimento. A térmica, que exige investimentos de R\$ 3 bilhões e tem capacidade prevista de 1.280 megawatts (MW), deveria entrar em operação em 2019, mas teve seu cronograma adiado por dois anos. Mesmo assim, o projeto ainda não saiu do papel.

A Bolognesi tinha até 31 de agosto para apresentar ao órgão regulador a comprovação da estruturação financeira, celebração dos contratos de fornecimento de gás e obtenção das licenças devidas, entre outros documentos, relativo à usina de Rio Grande. Caso contrário, a empresa estaria sujeita a processos punitivos e à recomendação da caducidade da concessão da termelétrica pela autarquia;

O **Valor** apurou que, um dia antes do fim do prazo, porém, representantes da Bolognesi se reuniram com o diretor Reive de Barros, relator do processo, para apresentar os planos de venda do projeto e solicitar uma extensão por 90 dias do prazo de entrega dos documentos exigidos.

Procurada pelo **Valor**, a Bolognesi confirmou ter solicitado a prorrogação do prazo, mas não comentou detalhes sobre a negociação. "A Bolognesi Energia tem informado permanentemente a Aneel sobre o atendimento das obrigações e solicitou prorrogação de 90 dias no prazo do projeto da Termelétrica Rio Grande. A expectativa da Bolognesi é positiva diante da consistência da proposta apresentada ao órgão regulador", informou a empresa, em nota.

A Aneel, por sua vez, informou apenas que a Bolognesi não apresentou os documentos exigidos no prazo estipulado. "O grupo não apresentou a comprovação solicitada. Está em fase de elaboração, pelas áreas, a nota técnica que será encaminhada ao diretor-relator para análise e, após pautado, o processo será deliberado pela diretoria colegiada", afirmou a agência, em nota ao **Valor**.

Na prática, a estratégia da Bolognesi é repetir o sucesso obtido no caso da termelétrica Novo Tempo, que estava prevista para ser construída em Suape (PE), no mesmo prazo. O projeto, que também exige investimentos de R\$ 3 bilhões e tem capacidade de 1.238 MW, passava pelo mesmo trâmite na agência, até que em junho a Bolognesi fechou a venda do empreendimento para a Prumo Logística. A compradora, em seguida, alterou o local do projeto e vai construí-lo no Porto do Açú, em São João da Barra, no Noroeste do Rio de Janeiro.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da Prumo, José Magela Bernardes, contou que o projeto, que inclui um terminal de regaseificação de GNL, terá a Siemens e a BP como sócias. Além de acionista, a petroleira britânica também será a fornecedora do gás importado.

No caso da termelétrica de Rio Grande, o **Valor** apurou que a negociação em andamento com um potencial comprador não prevê a alteração do local de construção do projeto.

Na Aneel, porém, ainda não há definição sobre o pleito da Bolognesi, conforme o **Valor** apurou. Uma fonte a par do assunto comentou que a recomendação ao **Ministério de Minas e Energia** da caducidade do projeto é um dos caminhos estudados pela agência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Eletropaulo caminha para Novo Mercado

O resultado da assembleia geral extraordinária (AGE) que aprovou ontem a migração da Eletropaulo para o Novo Mercado da B3, com 60,36% de votos favoráveis pelos acionistas preferencialistas, foi uma boa resposta do mercado à estratégia da companhia, segundo o presidente da AES Brasil, Julian Nebreda.

"O resultado da votação é uma boa mensagem de apoio do mercado", disse o executivo, afirmando que os investidores estão otimistas com relação à elétrica.

Nebreda disse que a migração para o segmento máximo de governança da bolsa, com a conversão de todas as ações preferenciais (PN) da companhia em ordinárias (ON), na proporção de um para um, é parte essencial da estratégia da empresa, que contempla a melhoria operacional, a redução de riscos ao investidor e o aperfeiçoamento da governança corporativa.

Os acionistas que se abstiveram de votar ou votaram contra a conversão das ações poderão exercer o direito de retirada - na prática, venderem suas ações para a Eletropaulo - durante os próximos 30 dias, quando enfim será concluída a migração. De acordo com comunicado sobre o assunto, a Eletropaulo poderá propor a reconsideração da potencial migração caso o direito de retirada afete a estabilidade financeira da empresa. Nebreda, porém, disse considerar baixa a possibilidade de recuo, dado à forte resposta dos preferencialistas pela migração.

O executivo acrescentou que a migração tornará mais simples a estrutura acionária da Eletropaulo, o que vai melhorar o acesso da companhia ao mercado financeiro, embora não haja nenhum plano nesse sentido neste momento.

Nebreda contou ainda que o movimento é importante, não só pelo viés financeiro, mas por mostrar a visão positiva da companhia com relação ao setor elétrico e ao Brasil.

A AES Brasil possui 50,51% das ações ON da Eletropaulo, representando 16,8% do total. Já a BNDESPar, braço de participações do BNDES, tem 22,5% das ON e 16,8% das PN, somando 18,7% do total. Com a conversão das ações preferenciais, as duas controladoras da empresa passarão a ter, respectivamente, 16,8% e 18,7%, das ações ON, tornando a estrutura de capital da elétrica mais pulverizada.

Questionado sobre possíveis aquisições de ativos ou empresas no Brasil, Nebreda contou que a AES Brasil está olhando oportunidades de investimentos no mercado de energia elétrica brasileiro. Ele, no entanto, não mencionou algum negócio ou ativo em especial.

"Nós, como empresa, estamos buscando oportunidades para fazer investimentos no mercado. Estamos olhando oportunidades e temos uma visão otimista do futuro. E apoiamos o processo de melhora regulatória que o governo está tentando levar a cabo", afirmou o executivo, destacando que, tanto o mercado de energia elétrica quanto a economia do país, estão reagindo à crise. (RP com colaboração de Victor Aguiar e Camila Maia, de São Paulo).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Se privatização atrasar, tarifa de distribuidoras da Eletrobras poderá subir

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê uma forte alta nas tarifas das distribuidoras do grupo Eletrobrás, situadas no Norte e no Nordeste - incluindo a CEA, do governo do Amapá - se a privatização não for realizada até o final de 2017. Até agora, o governo não lançou o edital de licitação de venda de controle das distribuidoras geridas pela estatal.

De acordo com nota técnica da Aneel discutida em audiência pública, as concessionárias de distribuição deverão aplicar o aumento médio de 30% nas tarifas cobradas dos consumidores, caso os ativos continuem com a Eletrobras em 2018. Isso é justificado pelo fim dos repasses de subsídios do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

A Lei 13.299/2016 criou esse mecanismo de pagamento de parte da ineficiência operacional para possibilitar a recuperação financeira das distribuidoras até o início do processo de transferência de controle para grupos privados. A ideia partiu de senadores da região Norte que exerceram forte pressão, durante a tramitação da Medida Provisória 706/2015, com o objetivo de evitar o aumento de tarifa para a população de seus Estados.

No caso da Boa Vista Energia, a Aneel projetou uma elevação das tarifas de 69% em 2018 se a privatização não for confirmada para esse ano e os aportes da RGR forem suspenso. Atualmente, o repasse do fundo setorial às distribuidoras é da ordem de R\$ 200 milhões por mês. Esse valor é bancado por consumidores de todo o país por meio do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

"Não havendo outra fonte de recursos, [essa] é uma solução que pode ser imposta ao consumidor local", alertaram os técnicos da agência reguladora no relatório que subsidiou a decisão da diretoria de abrir audiência pública sobre a flexibilização dos parâmetros regulatórios.

Essa medida deve garantir a atratividade dos ativos de distribuição geridos pela Eletrobrás aos investidores no leilão. De acordo com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), a privatização deve ser realizada até o fim deste semestre.

Com a estratégia da flexibilização regulatória, os novos controladores já garantem de partida um aumento de receita atrelado à cobranças de tarifas mais caras, com elevações que devem variar entre 7,5% e 11,8%, sem incluir o ganho com os reajustes tarifários anuais previstos para cada uma das empresas.

O benefício será assegurado às companhias Amazonas Energia (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Cepisa (PI), Ceal (AL), Boa Vista Energia (RR) e CEA (AP). Nos últimos anos, a Eletrobras tem administrado os ativos de distribuição em caráter

temporário, até a escolha de novo dono. Isso ocorre porque a companhia decidiu não renovar os contratos de concessão por mais 30 anos.

Na prática, o alívio na regulação das empresas foi pensado para isentar os novos concessionários, nos primeiros anos de contrato, dos prejuízos históricos das distribuidoras que estão relacionados às perdas de energia, provocadas por furtos de energia, e aos custos operacionais elevados.

A Aneel avalia que os grupos privados serão capazes de equilibrar os índices de perda de energia no prazo de cinco anos, período correspondente ao primeiro ciclo tarifário. Sobre a reversão do alto custo operacional, a agência considera que a situação poderá ser controlada a partir do terceiro ano de concessão. Com isso, o novo controlador terá condições de obter uma folga maior de receita nos dois anos restantes do ciclo tarifário em que continuará valendo a flexibilização regulatória.

Com a previsão de haver sobra de receita no período inicial da concessão, a agência chega a defender uma disputa entre investidores pautada na proposta menor custo da energia elétrica. "Cada investidor interessado no leilão pode ter uma estratégia e, conseqüentemente, um cenário distinto daquele utilizado pela Aneel em suas simulações. Daí a importância de que o critério de escolha do novo concessionário seja o de menor tarifa ou menores flexibilizações", informa a Aneel em análise técnica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Conflito aberto entre siderúrgicas e clientes

Um processo de investigação antidumping tornou antagonistas dois lados da cadeia de produção do aço no país - fabricantes e consumidores. A indústria de transformação quer convencer o governo federal a não adotar tarifas de defesa comercial contra laminados a quente da China e Rússia, enquanto as siderúrgicas alegam que há prática predatória e que seria um erro fechar os olhos para essa questão.

Encabeçadas pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), 18 entidades representantes da indústria de transformação enviaram uma carta ao presidente Michel Temer e mais oito ministérios pedindo atenção ao tema. O grupo argumenta que minar a concorrência com importados dará espaço para que as siderúrgicas reajustem preços - que já subiram quase 30% no ano - o que pode piorar ainda mais a situação da indústria e reduzir postos de trabalho.

Entre as associações, destacam-se a Anfavea (das montadoras de veículos), Eletros (bens eletroeletrônicos e de linha branca), Abifer e Sinaval. No total, representam praticamente metade do consumo de aço no país, principalmente de aços laminados planos, fabricados por Usiminas, CSN, ArcelorMittal e Gerdau.

"Não há lógica nesse pedido", afirma Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, que representa as siderúrgicas no país. "Não existe opinião em um processo como esse, em que os órgãos se debruçaram ostensivamente sobre o tema. Não há como fazer pressão política", observa Lopes. "Ou existe a prática do dumping ou não existe. A qualidade dos argumentos da Abimaq e das outras entidades mostra que não há nada de concreto para se impedir a aplicação do antidumping", diz.

Por outro lado, José Velloso, presidente-executivo da Abimaq, afirma que a concorrência para o aço brasileiro está relativamente controlada e o risco maior é da importação indireta. "Seria uma medida protecionista em hora errada, e que mais uma vez reforça a posição do Brasil como um país de matéria-prima, não de manufaturado".

Em julho, o Brasil importou 137 mil toneladas de laminados planos, ou 14,1% do consumo no mês. Um ano antes, essa penetração era de 4,4%. Em um horizonte de 12 meses até julho, houve 9,1% de participação das importações, enquanto em 2016 essa taxa era de 8,2%.

"As siderúrgicas aumentaram os preços porque houve uma disparada efetiva no mercado internacional", justifica Lopes, do Aço Brasil. "E mesmo que aumente o faturamento por causa dessa alta, veja a cesta de matérias-primas para a produção do aço, o carvão e o minério de ferro. A bobina a quente avançou no máximo 40% enquanto os insumos subiram quase 70% [em média]."

"Discordamos que o aço aqui só segue o preço internacional", diz Velloso. "Houve uma queda muito grande do consumo de aço no país, ao mesmo tempo em que a oferta aumentou, com o laminador [de chapas grossas] da Gerdau. O que esse antidumping vai fazer é só abrir mais espaço para reajustes, que em 12 meses já chegam no mínimo a 50%."

Na carta a Temer, a indústria de transformação argumenta que o processo sofreu "fragilidades materiais" por parte do Departamento de Defesa Comercial (Decom), o que comprometeria "a credibilidade e estabilidade do sistema de defesa comercial brasileiro junto à Organização Mundial do Comércio (OMC)".

Velloso afirma que, enquanto tradicionalmente o período de análise para uma decisão dessas é de cinco anos, no caso específico foi de apenas três. "Isso não é

prática protecionista, como alegam, são processos reconhecidos pela OMC para combater práticas comerciais predatórias", rebate Lopes. "É utilizado amplamente por nações, inclusive contra o Brasil.

O curioso é que, em outras duas coalizões, praticamente os mesmos setores são aliados do aço. As associações brigam pela alíquota de 5% do Reintegra, programa de reembolso de resíduo tributário para exportadoras, e por uma política mais racional de conteúdo nacional ao setor de petróleo e gás.

Lopes pede para que as entidades que representam a indústria não cedam à pressão de seus associados, o que acredita ter sido o motivo dessa reclamação. Velloso garante que fará de tudo para ser ouvido até dia 20 - principalmente pelas autoridades de Brasília, incluindo Temer e vários ministros. É quando está marcada a reunião que tomará decisão final sobre a aplicação do dumping sobre o aço chinês e russo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Karoon avalia 14ª Rodada e campo maduro da Petrobras

Depois de uma tentativa sem sucesso na aquisição dos campos de Tartaruga Verde e Baúna, da Petrobras, a petroleira australiana Karoon tem planos de voltar ao mercado este ano, de olho em oportunidades de aumentar sua presença no Brasil. Diretor-geral da empresa na América do Sul, Tim Hosking conta que a Karoon está concentrada em reforçar sua carteira exploratória na 14ª Rodada da Agência Nacional de Petróleo (ANP), mas também acompanha de perto as oportunidades de aquisição dos campos maduros colocados à venda pela estatal brasileira.

"O Brasil é uma oportunidade de crescimento para nossa companhia. Temos interesse igual [entre ativos de produção e exploratórios]", disse o executivo.

Há pouco mais de um mês, a Karoon anunciou um acordo com a alemã DEA Deutsch Erdoel AG (do grupo LetterOne Energy) para prospecção de investimentos conjuntos no país. Além de mirar oportunidades de aquisição e participação nos leilões da ANP ao lado da Karoon, a DEA assumiu a opção de compra de uma fatia de 50% nos cinco blocos exploratórios operados pela australiana no pós-sal da Bacia de Santos.

Petroleira não disputou os leilões do pré-sal por considerar que essas áreas são destinadas às as grandes do setor

Se confirmada a parceria, a Karoon garante um sócio com quem dividir os investimentos estimados em US\$ 300 milhões para desenvolvimento da produção da descoberta de Echidna, cujo primeiro óleo é previsto para 2020. Detentora de 100% da concessão, a australiana tinha em caixa, ao fim de 2016, cerca de US\$ 360 milhões.

A expectativa da companhia é que Echidna produza, no pico, 30 mil barris diários de petróleo. A Karoon pretende fechar no ano que vem a contratação da plataforma que operará no campo. A ideia, segundo Hosking, é afretar uma unidade já existente no mercado.

Echidna é, atualmente, o maior projeto global da petroleira, que atua também na atividade de exploração no Peru e Austrália, mas ainda não produz em nenhum país. Hosking explica, no entanto, que a companhia não pretende, necessariamente, esperar o desenvolvimento de Echidna para começar a produzir seus primeiros volumes de óleo no Brasil.

"Estamos olhando os campos maduros colocados à venda pela Petrobras. Se tivermos sucesso, conseguiríamos produzir antes [de 2020, para quando está previsto o início da produção de Echidna]", disse o executivo.

A estatal brasileira anunciou, recentemente, a abertura do processo de venda de sete polos de campos maduros em águas rasas. De acordo com Hosking, o foco da Karoon está nas áreas de Campos e Santos, citando os polos de Pargo e Merluza como um dos ativos monitorados pela empresa. Os polos do Nordeste (Sergipe, Ceará e Potigua), por outro lado, não estão no radar.

Para a 14ª Rodada, marcada para 27 deste mês, o foco está nas bacias de Santos, Campos, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo. O executivo comentou, ainda, que a companhia preferiu ficar de fora dos leilões do pré-sal - áreas que, segundo Hosking, "são para as grandes companhias".

O executivo destacou, ainda, que medidas recém anunciadas pelo governo, como a flexibilização da política de conteúdo local, a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial do setor de óleo e gás) e a instituição de um calendário plurianual de rodadas, são positivas para atrair investidores do setor.

"Acredito que as coisas estão caminhando na direção correta. As companhias estão vindo para o Brasil investir, isso gera otimismo", afirmou Hosking.

Não é de hoje que a Karoon vem monitorando oportunidades de crescimento no país. A companhia chegou a fechar um acordo com a Petrobras, para compra de 50% do campo de Tartaruga Verde (Campos) e de 100% de Baúna (Santos), mas a operação acabou não se concretizando. Por exigências do Tribunal de Contas (TCU), a estatal brasileira teve de adotar novas sistemáticas de venda de

seus ativos e decidiu cancelar uma série de negociações que estavam em curso, dentre elas a venda dos dois ativos - cuja negociação também chegou a ser barrada na Justiça Federal de Sergipe, em resposta a uma ação do sindicato dos petroleiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Preço sobe e estimula a produção de etanol

Agosto foi o mês da virada na produção sucroalcooleira desta safra de cana-de-açúcar no Centro-Sul. A preferência pelo etanol em detrimento do açúcar por causa dos preços mais elevados do biocombustível refletiu-se em uma produção quinzenal menor de açúcar e maior de etanol (tanto anidro como hidratado) pela primeira vez desde o início da safra 2017/18, segundo dados divulgados ontem pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Na segunda quinzena de agosto, foram produzidas 2,536 milhões de toneladas de açúcar, 0,47% inferior ao mesmo período da safra passada. O volume também foi inferior à produção da primeira metade de agosto, de 3,159 milhões de toneladas.

Por sua vez, a produção de etanol hidratado na quinzena superou a do mesmo período do ano passado e alcançou 1,025 bilhão de litros, com alta de 3,9%. Até então, a fabricação do biocombustível estava sempre abaixo dos níveis da safra passada. Em relação às quinzenas anteriores, porém, o volume ainda foi menor.

A produção de etanol anidro já vinha acima dos níveis do ciclo passado, ganhando espaço sobre o hidratado. Na última quinzena, a produção continuou acima dos níveis de 2016/17 (alta de 2,16%), mas foi menor do que nas quinzenas anteriores, somando 749 milhões de litros.

Essa mudança para uma tendência mais alcooleira da safra já vinha ocorrendo paulatinamente nas quinzenas anteriores, mas foi na segunda metade de agosto que a parcela do caldo de cana destinada ao açúcar ficou abaixo do mesmo período da última safra. O "mix" açucareiro da segunda metade de agosto foi de 46,95%, ante 47,75% um ano antes. Na quinzena anterior, o mix fora de 50,04%.

Nesse cenário, as vendas de etanol reagiram. Superando as expectativas da maior parte dos analistas, foram vendidos 1,366 bilhão de litros de etanol hidratado para o mercado interno em agosto, ante um patamar de cerca de 1,1 bilhão de litros nos meses anteriores. Em um mês, o avanço foi de 23,05%.

Em nota, a Unica avaliou que essa retomada do mercado de etanol hidratado se deve a vários fatores, que vão desde a redução das importações, o ajuste nos preços diários da gasolina na refinaria pela Petrobras, as alterações tributárias que favoreceram o biocombustível, e de "uma provável recuperação no consumo global de combustíveis leves no país", além de uma "eventual antecipação na compra das distribuidoras".

Após a alteração das alíquotas de PIS/Cofins sobre o etanol e a gasolina, o biocombustível passou aos poucos a ser mais vantajoso que seu concorrente nas bombas do país, com o preço abaixo de 70% da gasolina. Antes da alteração tributária, o etanol só estava mais competitivo em São Paulo e Mato Grosso. Em agosto, o produto também passou a ser mais vantajoso em Minas Gerais e Goiás.

Na semana encerrada em 9 de setembro, o etanol caiu em 17 Estados e, no Paraná, aproximou-se do nível de equivalência energética da gasolina, ficando em 71,3%, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação e Tributos

Autor:

Título: Curtas

Economia de energia

O Poder Judiciário de Mato Grosso estima uma economia de R\$ 230 mil por ano com desligamento automático de monitores de computador. A medida foi tomada pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e visa baixar o consumo de eletricidade. Nesta semana, todos os 10 mil computadores no Estado foram configurados para desligamento automático depois de 10 minutos de inatividade. As medidas de redução de gastos fazem parte de um projeto de gestão matricial de recursos liderado pela Coordenadoria de Planejamento (Coplan). O valor esperado leva em consideração uma hora de inatividade (na hora do almoço ou durante uma reunião). Hoje, a Justiça do Mato Grosso gasta R\$ 1,8 milhão por ano só com o uso dos monitores ligados 8 horas por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Rosângela Bittar

Título: Truculência partidária

O deputado Jarbas Vasconcelos é fundador do PMDB, foi um dos líderes do grupo autêntico do partido, uma espécie de braço executivo das formulações políticas de Ulysses Guimarães e comandante do partido em Pernambuco, Estado de que já foi governador e já representou, em Brasília, tanto no Senado quanto na Câmara. Em nenhum momento da atribulada história do partido, porém, sempre tão dividido, tão acusado e tão criticado, Jarbas teve que se sentir nauseado com atitudes e golpes de violência partidária de vez em quando desferidos.

Fosse o que fosse, o PMDB tinha um lado de tolerância, de acomodação das forças políticas que dava gosto ir-se mantendo no grupo. É uma marca Ulysses que permaneceu na linha da história.

Agora, qual sentimento deve ter o deputado Jarbas Vasconcelos diante do golpe que está tentando lhe aplicar o presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR)? Uma rasteira bem engendrada, cheia de dissimulações e truques grosseiros, tendo como instrumento o senador Fernando Bezerra Coelho (PE).

Romero Jucá segue cavando seu abismo com desenvoltura

Um grupo de políticos do PSB vinha negociando sua transferência para o DEM com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o prefeito de Salvador, ACM Neto, quando foi atropelado por uma jamanta. No time estavam o senador Bezerra Coelho e o seu filho, **ministro das Minas e Energia, Fernando Filho**, os dois com projeto político enraizado em Pernambuco onde o PSB está aliado ao PMDB de Jarbas e não ao DEM. O ex-deputado Raul Henry (PMDB), presidente do diretório, é vice governador de Paulo Câmara (PSB), num acordo costurado pelo falecido Eduardo Campos, morto na campanha presidencial de 2014.

Henry e Jarbas são sinônimos de PMDB nacional e pernambucano, ao mesmo tempo. Houve, porém, a votação da primeira denúncia por corrupção contra o presidente Michel Temer, na Câmara, e Jarbas Vasconcelos aprovou a continuidade das investigações, votando contra o presidente e a orientação do partido, que fechou questão, numa atitude inédita para o PMDB. Jucá iniciou, então, uma guerra contra o deputado independente, uma espécie de grife de ética e correção que o PMDB às vezes exibia para provar que não é de todo uma espelunca, principalmente em momentos dramáticos como o atual.

Numa providência vingativa, que transcorreu celeremente, desviou-se o senador Bezerra Coelho do DEM para o PMDB, filiação que ocorreu na véspera do feriado da Pátria, convocando-se para hoje uma reunião da Executiva Nacional para decretar intervenção no diretório de Pernambuco.

A ideia é afastar Jarbas e Henry, impedir repetição da aliança com Miguel Arraes e Eduardo Campos, na pessoa de Paulo Câmara, o atual governador candidato à reeleição. E dar a candidatura para Fernando Bezerra Coelho.

O senador tem dito que a vaga é para ele, mas há informações, entre os políticos do partido que ele vai apenas segurá-la para Fernando Filho, que tem até março do ano que vem para decidir seu destino. O pai abre uma avenida para o filho percorrer de agora em diante.

Anteontem, Henry elevou o tom contra o agora adversário; ontem, foi a vez de Jarbas ir à tribuna para denunciar a truculência, com horário generoso liberado pelo também traído presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Uma atitude rigorosa, que o partido não teve diante das pilhas de dinheiro vivo de Geddel Vieira Lima, de quase uma dezena de denúncias contra o ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, da meia dúzia de processos do próprio Jucá, das dezenas de inquéritos contra toda a cúpula do PMDB de todos os tempos.

O presidente do partido, Romero Jucá (RR), está entregando a Fernando Bezerra Coelho a legenda que pretende tirar de Jarbas Vasconcelos com requintes de crueldade e desconsideração. Por exemplo: alega-se, na cúpula, que Jarbas foi consultado sobre o desejo de filiação do senador Fernando Bezerra Coelho e, polido, teria respondido o que a boa educação manda: "É um quadro que chega para somar, tudo bem". Assim acabou assinando o atestado de "concordância" que Jucá deve exibir a partir de agora para provar que fez a sondagem.

O palanque do PMDB em 2018, em Pernambuco, por esse acordo, vai para os Bezerra, e se Jucá conseguir afastar mesmo do partido Jarbas e Henry, o governador Paulo Câmara fica sem o cacife eleitoral da legenda para sua candidatura à reeleição.

Jarbas Vasconcelos não vai renunciar, não vai desistir, não vai entregar os pontos. Não tomará a iniciativa de sair do PMDB e, se for saído, lutará na Justiça. A comum e não a eleitoral.

No dia da nova filiação promovida por Jucá, Henry estava na Coreia e Jarbas no hospital, com sinusite. Ou seja, caminho livre para o passo sorrateiro do presidente do PMDB, que aproveitou a distração geral com os escândalos, por sinal boa parte protagonizados pelo PMDB, para ir à forra. Com isso, Jucá seguiu cavando seu interminável abismo.

Todas as atenções se voltam, hoje, para a reunião da Executiva e seu veredito. Jarbas não é inimigo de Michel Temer, ao contrário. Conviveram até agora cordialmente no partido. Votou pelo prosseguimento da investigação contra o

presidente, porém, exatamente para que se apurasse a veracidade da denúncia, essa sua lógica.

No grupo palaciano, tem relações também com o ministro Moreira Franco. Mas todos, ao que se informa no PMDB, decidiram a revanche por consenso. Com Jucá, Jarbas nunca teve proximidade, o mínimo que se diz para definir essa relação é que têm DNAs diferentes.

O caso é exemplar por comprovar algumas teses que têm sido demonstradas na crise. Uma delas, o tratamento invertido que o PMDB dá aos seus problemas.

Anteontem, Raul Henry subiu o tom contra Fernando Bezerra Coelho; ontem, Jarbas Vasconcelos discursou no plenário da Câmara para denunciar a rasteira; hoje, reúne-se a Executiva Nacional para decidir. Os políticos ficha limpa esperam que aconteça algo de última hora que não seja a punição a um voto de consciência. Que não prevaleça no PMDB a opção preferencial pela ficha suja.

MME / ASCOM .